

Consuni não discute fundação estatal

Ao retomar as atividades em 2009, o Conselho Universitário não discutiu, como havia sido acordado na última sessão do ano passado, o polêmico tema das fundações estatais de direito privado. O modelo de gestão que leva à privatização dos hospitais universitários deve constar na pauta em março. Na sessão do dia 12 foi apresentado o orçamento da UFRJ para 2009.

Adiada discussão das fundações estatais no Consuni

A pauta da primeira sessão do Conselho Universitário de 2009, dia 12, contrariou as expectativas: o debate sobre as fundações estatais de direito privado foi adiado. Roberto Gomes, da bancada técnico-administrativa, cobrou: "Gostaria de informações sobre quando entrará em discussão". A estudante Carolina Barreto lembrou que ano passado houve o compromisso de pautar o tema logo na primeira sessão de 2009. Segundo a vice-reitora Silvia Vargas, que presidiu o colegiado, o reitor Aloísio Teixeira não pôde estar presente mas, segundo ela, a questão "da maior importância" voltará a pauta provavelmente em março. Na primeira reunião do ano é praxe rever a composição das comissões do colegiado. Houve rodízio entre técnicos-administrativos: Jéferson Salazar assume a vaga de Agnaldo Fernandes na Comissão de Legislação e Normas; Milton Madeira assume o lugar de Izaias Gonçalves (que teve a atuação elogiada) na Comissão de Ensino e Títulos. E Izaias, o lugar de Jéferson na Comissão de Desenvolvimento.

Complexo em debate no CCS - Nelson Souza e Silva, da Comissão de Implantação do Complexo Hospitalar, vai fazer uma explanação ao Conselho de Centro do CCS (na segunda-feira, dia 16, às 10h, no auditório Hélio Fraga) sobre a constituição da nova instância.

Déficit menor - O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Carlos Levi apresentou ao Consuni a proposta de Orçamento da UFRJ para 2009. A previsão é de que chegue R\$ 145.349.528,00 de recursos de custeio. Com receitas próprias a UFRJ estima arrecadar R\$ 13.784.963,00 e com recursos de capital do PRE, R\$ 28.776.963,00. A previsão de despesas é de R\$ 159.699.199,00.

Levi apontou a evolução do orçamento de custeio: em 2007, o valor executado foi de R\$135.463.307 e o déficit ficou em R\$31.482.033 (35,49%). Em 2008, o executado foi R\$142.500.303 e o déficit, R\$12.164.996 (9,33%).

10/2/2009

Complexo hospitalar volta ao Consuni dia 12

Nesta sessão, a primeira de 2009, a UFRJ deverá votar contra as fundações estatais

A criação do complexo hospitalar já é matéria vencida na Universidade desde 18 de dezembro de 2008, quando a sessão especial do Conselho Universitário (Consuni) aprovou a integração de todas as unidades hospitalares. Mas o receio de que a concretização desse antigo sonho da instituição se transforme numa ponte para as fundações estatais de direito privado só vai deixar de existir quando o órgão máximo de deliberações da UFRJ votar contra o projeto do governo federal.

A expectativa da bancada dos técnicos-administrativos é que a criação das fundações e do complexo hospitalar entre na pauta do Consuni na quinta-feira, dia 12. O reitor Aloísio Teixeira já nomeou a comissão que elaborará a proposta de regimento interno para funcionamento do complexo, mas falta organizar o calendário das audiências públicas com a comunidade universitária. Essa proposta foi feita pelos representantes da categoria no órgão como condição para que votassem a favor da alteração do artigo 17 do Estatuto da UFRJ, para a inclusão do complexo hospitalar na estrutura média da universidade.

Faltou debate

A posição dos conselheiros técnico-administrativos e do GT-Saúde do SINTUFRJ à instituição do complexo hospitalar deveria ser precedida de um amplo debate com toda a comunidade universitária. A preocupação que persiste até agora é com o futuro dos trabalhadores dos hospitais, tanto os do quadro efetivo como os terceirizados. Mas depois de aprovado na Câmara dos Hospitais e no Conselho de Centro de Ciências da Saúde, o projeto chegou ao Conselho Universitário somente em dezembro de 2008. "Inicialmente a votação sobre o complexo hospitalar estava prevista para 2009, mas existia a questão orçamentária em jogo e não quisemos atrapalhar", explicou o conselheiro Milton Madeira.

Pelos cálculos de Madeira, atualmente são cerca de 900 terceirizados trabalhando no HU: "Como pôr na rua esses trabalhadores se não ocorrem concursos públicos para preenchimento das vagas?", pergunta. Ele acredita que a UFRJ não vai aceitar as fundações estatais de direito privado no complexo hospitalar, mas afirma que a pressão do Ministério da Saúde para que o HU seja um exemplo é grande. Embora ressalte que o próprio diretor do hospital é contra essas fundações e um brigão em favor do hospital. Madeira afirma: "Não temos papel higiênico no banheiro e há mais problemas administrativos, mas Alexandre Cardoso briga por mais verbas para a unidade através de emendas parlamentares. Constantemente está em Brasília atrás de recursos."

Madeira, que é funcionário do HU, lembra que a portaria que dá autonomia financeira aos hospitais não reconhece dívidas passadas. E isso gera conflitos de ordem administrativa. Como exemplo, conta que há quatro meses recebem material pingado. "O HU fez convênio com a Secretaria Estadual de Saúde para receber seus pacientes, mas o estado não assumiu as despesas com insumos dos laboratórios; faz exigências absurdas. Então os exames são feitos no Laboratório das Américas, instalado no Hospital de Saracuruna, e os técnicos do HU ficam ociosos até por 20 dias", afirmou.

Já o conselheiro Roberto Moraes se preocupa com a sorte dos prestadores de serviço de toda a rede hospitalar da UFRJ e a gestão dessas unidades: "Qual será o destino deles com o complexo hospitalar? Como vai ficar a administração dos hospitais universitários?" A resposta a essas indagações ele quer saber no Consuni de quinta-feira, 12. "A expectativa é de retomada da discussão sobre o complexo hospitalar nesta primeira sessão do órgão em 2009, quando, inclusive, o reitor informará sobre o resultado das negociações com o Ministério Público em relação ao termo de ajuste de conduta imposto à UFRJ pela auditoria realizada da Controladoria Geral da União (CGU), que constatou a existência de grande número de terceirizados na instituição."

Palavra do decano

O decano do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Almir Fraga Valladares, reafirmou ser radicalmente contra as fundações estatais de direito privado. Também defende que sejam ouvidas todas as unidades hospitalares e acadêmicas para formulação do regimento interno do complexo hospitalar.

Para ele, o grande desafio da comissão nomeada pelo reitor para formular a proposta de regimento do complexo hospitalar que será levada ao Consuni é "conseguir integrar as ações sem tirar a autonomia administrativa das ações das unidades acadêmicas e hospitalares". Essa comissão é formada pelo vice-diretor do Instituto do Coração, Nelson Albuquerque Souza e Silva, pelo diretor do HU, Alexandre Cardoso, e pelo diretor do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), Marcelo Lant. Desde o início de janeiro eles atuam na tarefa e têm 120 dias para apresentar resultados.

Fora isso, o decano continua vendo com bons olhos a criação do complexo hospitalar. "No primeiro momento o complexo hospitalar se fez para criar unidade orçamentária para receber recursos do Tesouro Nacional e distribuir às unidades gestoras, que são os hospitais universitários da UFRJ. Mas o desejo antigo e a principal vantagem da iniciativa é a integração das unidades acadêmicas e hospitalares nas ações de saúde de forma a complementar desde as mais altas complexidades às menores", afirmou.

E para limpar o campo, ele defende que se coloque logo na pauta do Consuni a discussão e deliberação sobre as fundações estatais de direito privado. Na opinião dele, o próprio Ministério da Saúde já diminuiu o interesse em levar à frente a proposta do governo.

6/1/2009

Complexo Hospitalar é aprovado no Consuni

Por solicitação dos funcionários, fundações estatais entram em pauta na primeira sessão do ano

Aprovado com a ressalva de que sob nenhum aspecto se confundirá com a proposta das fundações estatais de direito privado, o complexo hospitalar da UFRJ já faz parte da estrutura média da universidade. A decisão foi tomada na sessão especial do Conselho Universitário (Consuni) dia 18 de dezembro. A aprovação da proposta foi saudada com palmas pelos conselheiros, pois o fato foi considerado histórico na instituição.

O que foi aprovado

O Consuni alterou o artigo 17 do Estatuto da UFRJ, incluindo o complexo hospitalar na estrutura média da universidade, e o parágrafo que define sua composição: todas as unidades ou órgãos suplementares que prestam assistência aos pacientes internados ou em ambulatórios, como o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, Hospital-Escola São Francisco de Assis, Instituto de Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira, Maternidade-Escola e os Institutos de Ginecologia, Neurologia, Psiquiatria, Doenças do Tórax e do Coração.

Foi decidido, ainda, que o reitor nomeará uma comissão para elaborar o regimento interno do complexo hospitalar, no prazo de 120 dias, para deliberação no Consuni. Essa comissão vai gerir a unidade gestora do complexo até sua implantação definitiva. A Reitoria vai disponibilizar para isso pessoal e estrutura. E, por reivindicação da bancada dos técnicos-administrativos no Conselho Universitário, haverá audiências públicas e debate com a comunidade sobre o tema.

Categoria questiona projeto

O projeto, aprovado na Câmara dos Hospitais e depois no Conselho de Centro do Centro de Ciências da Saúde (CCS), só chegou ao Consuni no início de dezembro, sem tempo para o necessário debate.

Na quarta-feira, 17, um dia antes da sessão especial do Consuni, o Grupo de Saúde do SINTUFRJ (GT- Saúde) se reuniu e, preocupado com o futuro dos servidores das unidades hospitalares, chegou à conclusão de que o projeto precisava ser discutido com a comunidade. Coube à bancada dos técnicos-administrativos, a pedido do GT, solicitar esclarecimentos no Consuni a respeito das várias dúvidas, como, por exemplo, se o pessoal dos HUs permanecerão na folha de pagamento da UFRJ; se a mudança jurídica não favorecerá a transformação do complexo em fundações estatais de direito privado. Ou até mesmo que atuasse pelo adiamento da deliberação para depois da realização de debates.

O representante da categoria no Consuni e funcionário do HU, Milton Madeira, afirmou que havia muitos pontos obscuros, como a possibilidade de transformação do complexo hospitalar em fundação e a relação de poder entre as unidades. Madeira concluiu sua crítica repetindo a frase dita várias vezes pelo companheiro de bancada, Izaias Gonçalves: "A gente atropelou a discussão. Estamos registrando a discussão antes de ela nascer." Outro conselheiro técnico-administrativo, Roberto Gomes, questionou: "O que implica a aprovação ou a não aprovação do complexo hoje?"

Jéferson Salazar, também conselheiro da bancada da categoria, propôs que o assunto fosse pautado para a primeira reunião de 2009 do Consuni e que fossem realizadas audiências públicas para que o regimento e a estrutura de funcionamento do complexo hospitalar sejam debatidos pela comunidade universitária. "Isso vai fazer com que a universidade, em especial a comissão do complexo hospitalar, tenha tranquilidade para a tramitação da proposta no ambiente da UFRJ." O reitor acatou a solicitação e inseriu este ponto na pauta da primeira sessão do ano. O outro integrante da bancada, o conselheiro Agnaldo Fernandes, defendeu a participação no debate de outras unidades, e, por último, sugeriu que houvesse um fórum de discussão sobre o tema, aberto a toda comunidade.

Outros pontos de vista

O decano do CCS, Almir Fraga, explicou que o que se seguiu foi – na oportunidade da

operacionalização da exigência do MEC (com a Portaria nº 4, de abril) de transformação dos hospitais em nove unidades orçamentárias – a concretização de uma proposta histórica, que remonta a 30 anos, de ação de saúde integrada. Ele disse que UFRJ solicitou ao MEC a possibilidade de criar uma única unidade orçamentária, a do complexo. “Concluimos que a estrutura precisava ser modificada”, disse, e apontou mudanças relevantes, como a criação de um prontuário único para os pacientes. E acrescentou: “Também sou totalmente contra a criação das fundações estatais.”

O reitor Aloísio Teixeira explicou que os servidores dos quadros da UFRJ continuarão sendo da UFRJ. “Não estamos tratando de fundação estatal. Tenho posição pública contra a transformação dos hospitais em fundações estatais”, frisou.

Aloísio explicou que se os hospitais universitários da UFRJ se transformassem em unidades gestoras, para atender à portaria governamental, seria a consagração de um modelo de gestão fragmentada. Por esta razão consultou o MEC sobre a possibilidade de constituição de uma unidade “gestora mãe”, que transferirá a dotação orçamentária para as unidades gestoras “filhotes”.

Nelson Souza e Silva, do Instituto do Coração, e um dos formuladores da proposta, destacou o caráter histórico da decisão, e a apontou como fator de superação da fragmentação. O diretor do HU, Alexandre Cardoso, indicou como uma das vantagens da criação do complexo a possibilidade de melhorar a capacidade de negociação nos preços para aquisição de material de consumo.

As mudanças deveriam ser implantadas até o fim de dezembro de 2008. Segundo informaram os diretores, já existia uma proposição para que essa comissão fosse integrada pelos autores do projeto : eles dois e Marcelo Land, diretor do IPPMG. “Mas quem vai decidir é o reitor”, acrescentou Cardoso.

Projeto da Fasubra para os HUs

Dirigentes do SINTUFRJ distribuíram no Consuni cópias do projeto para os hospitais universitários formulado pela Fasubra. O coordenador-geral do Sindicato, Francisco de Assis, lembrou que as discussões no GT- Saúde ocorridas no dia anterior já haviam sido levadas ao Consuni. “Mas os conselheiros viram que não havia necessidade de adiar a discussão”, afirmou, e anunciou que o Sindicato acordou com os diretores do HU e do IPPMG, a realização conjunta de seminários para debate das propostas.

Bancada avalia sua influência nas decisões do Consuni

“A gente tem que viabilizar toda discussão possível para que a proposta atenda aos interesses dos usuários e do corpo social”, disse Izaías Gonçalves, criticando o fato de que a discussão foi deficiente.

Para Roberto Gomes, a atuação da bancada foi de buscar esclarecimento. “O importante é que haja muita discussão nesses 120 dias de formulação do regimento”, observou.

Agnaldo Fernandes destacou a importância de um pólo hospitalar, estratégico do ponto de vista de atendimento à população e de defesa do Sistema Único de Saúde: “E já que a posição da UFRJ até aqui é contra a fundação estatal, também passa a ser um elemento importante de defesa dos hospitais públicos de ensino.”

Jéferson Salazar destacou como excelente a contribuição da bancada a inclusão da discussão sobre as fundações estatais na primeira reunião do Consuni em 2009: “Para que a discussão se dê num ambiente livre desta ameaça, além do compromisso com o debate na comunidade”.

A primeira sessão do Consuni em 2009 será no dia 12 de fevereiro.

29/10/2008

Café-da-manhã foi no Consuni

Criatividade e bom humor na hora de protestar não é um privilégio apenas dos estudantes da UFRJ. Os técnicos-administrativos deram exemplo de que também sabem provocar a Reitoria e chamar a atenção da categoria, sem utilizar palavras de ordem e distribuir panfletos.

Com um suculento café-da-manhã, o SINTUFRJ reuniu dezenas de trabalhadores na quinta-

feira, 23, no salão nobre da Reitoria – que é a ante-sala das sessões do Conselho Universitário –, numa demonstração de firmeza na mobilização pelo descongelamento das ações judiciais. Às 9h a mesa já estava posta à espera da categoria. As pessoas iam chegando aos poucos, sendo recebidas pelos dirigentes sindicais. Além dos técnicos-administrativos, serviram-se do café reforçado professores que passaram pela Reitoria e quase todos os membros do Consuni. A iniciativa surtiu efeito, pois foi aberto espaço na sessão do Conselho Universitário para que o coordenador-geral do SINTUFRJ, Francisco de Assis, se manifestasse em nome dos trabalhadores.

Em seguida foi a vez do reitor e do pró-reitor de Pessoal fazerem uma avaliação do último encontro que tiveram no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para tratar do assunto.

Reitor fica indignado

Tanto o reitor Aloísio Teixeira como o pró-reitor de Pessoal, Afonso Mariz, adotaram o mesmo tom indignado para relatar a reunião no dia 14 de outubro em Brasília com dois representantes do MPOG, da qual participaram também o secretário executivo do MEC, Henrique Paim, e a secretária de Ensino Superior, Maria Paula.

“Essa reunião foi um flagrante desrespeito à autonomia universitária”, frisou o reitor, que relatou que encerrou o encontro retirando-se da sala, depois de ouvir vários absurdos do pessoal do MPOG, inclusive questionamento sobre a representatividade do SINTUFRJ. Mariz contou que o MPOG ameaçou suspender os 26,05% de todos os trabalhadores da UFRJ cuja concessão da ação foi garantida por ato administrativo da Reitoria. “Eles confundem tudo, misturam a defesa do Sindicato aos atrasados dos 28%, que eles não aceitam, a ação dos 26%”, contou o pró-reitor.

Nenhuma das questões levantadas pelos funcionários do Planejamento ficou sem resposta, nessa reunião, garantiu Mariz, lembrando que o superintendente de Pessoal, Roberto Gambine, rechaçou com firmeza a dúvida levantada por eles sobre a representação sindical do SINTUFRJ, e este foi o exato momento em que o reitor deixou a sala seguido por Mariz e Gambine.

“Ficou evidente e claro, nesta reunião, as intenções do MPOG em relação a nossa universidade. E na frente dos secretários do MEC, que também se indignaram com a atitude dos representantes do Planejamento, pois o reitor Aloísio Teixeira não é recebido assim por eles”, observou Mariz.

Depois dos relatos sobre a reunião em Brasília, Francisco de Assis solicitou que os membros do Consuni aprovassem uma moção de repúdio ao MPOG pela forma desrespeitosa com que foram tratados os dirigentes da UFRJ. A moção foi apresentada pelo conselheiro Jéferson Salazar e aprovada por unanimidade.

15/10/2008

Por dentro do Consuni

Na seqüência de matérias sobre os órgãos da universidade e a ocupação de seus espaços pelos técnicos-administrativos, o assunto desta edição é como se estrutura a UFRJ e quais são as atribuições do Consuni

A UFRJ, instituição pública de ensino, pesquisa e extensão, constitui-se de órgãos de infra-estrutura, estrutura média e superior.

Segundo o estatuto da universidade, a representação nos órgãos colegiados da estrutura superior, dos centros e das unidades deve obedecer ao princípio da gestão democrática pela legislação vigente. Isso quer dizer que, embora a reivindicação histórica dos técnicos-administrativos seja a paridade, a representação docente de no mínimo 70% é obrigatória, com a garantia de participação de estudantes, funcionários, antigos alunos e membros da comunidade externa. A participação da comunidade, assim como a dos funcionários, não é uma concessão, é um direito.

Os órgãos a que se refere o estatuto – e podem participar também os técnicos-administrativos – são: o Conselho Universitário, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG), o Conselho de

Ensino para Graduados (CEPG) – que integram a estrutura superior; Conselhos de Coordenação dos Centros e Conselho Diretor – que fazem parte da estrutura média; e Corpo Deliberativo, Congregações, Conselhos Departamentais – que integram a infra-estrutura.

Apenas o Conselho Universitário tem o número de representantes definido no estatuto da universidade. Os demais conselhos, excetuando-se CEG e CEPG, não seguem uma padronização geral e estão vinculados aos seus regimentos específicos. O estatuto somente define a composição das congregações e dos conselhos departamentais, por exemplo. Isto porque ele remete ao parágrafo único do artigo 15 a obrigatoriedade de representação docente de no mínimo 70%. A LDB, que define a ocupação com 70% dos docentes, não adota a expressão “no mínimo”, embora em ambos os casos o peso maior para docentes fira os princípios defendidos pela categoria. A discussão de que as unidades acadêmicas e conselhos de centro sigam a mesma regra do Conselho Universitário é presente.

O papel de cada um

A estrutura superior da universidade é constituída dos órgãos de deliberação, direção e coordenação, que têm jurisdição sobre toda a universidade. Nos órgãos deliberativos temos os conselhos, que são: Conselho Universitário, CEG CEPG. Nos órgãos de direção temos a Reitoria e as Superintendências Gerais. E no de coordenação existe o Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE). Este é integrado pelo reitor, vice-reitor, pró-reitores, decanos, diretor do Escritório Técnico e prefeito da Universidade. Reúne-se semanalmente, às terças-feiras, de manhã.

O Conselho Universitário se reúne quinzenalmente, em geral às quintas-feiras de manhã, e o CEG e CEPG, toda semana. O CEG, às quartas-feiras pela manhã, e o CEPG, às sextas-feiras no mesmo período. Os demais órgãos funcionam conforme convocação da decania, direção e chefia. O Conselho Universitário é o órgão deliberativo máximo e suas decisões só podem ser revistas pelo próprio colegiado. Os demais decisões submetem todos os órgãos das estruturas superior, média e de infra-estrutura da universidade.

O Consuni é composto de 55 representantes. O mandato dos dirigentes (membros natos) e dos docentes, professores de ensino fundamental e médio, representantes dos ex-alunos e dos professores eméritos, é de quatro anos. O dos professores assistentes é de 1 ano. Técnico-administrativos e de estudantes, com cinco representantes cada, é de 3 anos.

Caixa de ressonância

O papel do Conselho Universitário é tão importante que nele já se travaram inúmeras batalhas e serviu de palco para muitas manifestações da comunidade universitária – funcionários, professores e estudantes. Quando da intervenção na UFRJ com a imposição de José Vilhena pelo governo Fernando Henrique, o Consuni foi frente de resistência para a comunidade universitária. Reivindicações ao reitor e solicitações de posicionamento são em geral levadas ao Consuni, e normalmente quando se esgotaram as tentativas de solução pelos segmentos da universidade. O descongelamento das ações judiciais, o projeto de fundação estatal de direito privado para os HUs e o bandeirão são alguns exemplos de como o Consuni funciona como caixa de ressonância.

Comissões dão parecer

A Comissão de Ensino e Títulos opina sobre a concessão de diplomas de benemerência, submetendo seu relatório e parecer à deliberação do Conselho. A Comissão de Legislação e Normas – além de tratar de assuntos de natureza jurídica, interpretação de leis e legislação do ensino, alterações do Estatuto ou do Regimento Geral e assuntos relativos ao Regimento das unidades –, toma conhecimento dos recursos que forem dirigidos ao Conselho pelos membros dos corpos docente, discente e técnico-administrativo. A Comissão de Desenvolvimento opina sobre as diretrizes da política universitária, as propostas de orçamentos e os programas anuais e plurianuais, sobre as propostas relativas à criação, desenvolvimento, fusão ou extinção de órgãos suplementares e sobre os assuntos patrimoniais.

Atualmente, na Comissão de Legislação e Normas participa Agnaldo Fernandes; na Comissão de Ensino e Títulos, Izaias Gonçalves; e na Comissão de Desenvolvimento, Jéferson Salazar. O trabalho da nossa equipe tem sido tão qualificado que Izaias, quando participou da Comissão de Legislação e Normas, obteve moção de louvor do Consuni, devido a sua “responsabilidade,

competência e dedicação”.

Existem também as Comissões Especiais, que podem ser constituídas sempre que o assunto submetido à deliberação do Conselho assim o exigir. Seus membros são escolhidos pelo plenário do Conselho na sessão que deliberar pela sua constituição.

As comissões

As Comissões Permanentes são: Comissão de Legislação e Normas; Comissão de Ensino e Títulos; e Comissão de Desenvolvimento. Além da presença de professores (7), é garantida a participação de funcionários (1) e alunos (1). Em todas elas a categoria dos técnicos-administrativos se faz presente.

As atribuições do Conselho

Dentre as suas 21 atribuições, o Consuni aprova as diretrizes da política universitária e os planos setoriais, as propostas orçamentárias anuais e os programas plurianuais; delibera sobre assuntos patrimoniais; elabora o Estatuto da universidade; participa da constituição da lista de nomes para escolha do reitor e do seu vice; aprova a indicação dos pró-reitores; aprecia e aprova propostas relativas à instituição, desmembramento, fusão ou extinção de órgãos suplementares.

15/10/2008

Representação nos conselhos

Sindicato quer que Consuni unifique regras para eleição da representação de técnicos-administrativos

O Conselho Universitário discute internamente a reforma do Estatuto da UFRJ. Ele é de 1970, passou por uma reforma em 2002, mas ainda necessita de muitas mudanças e adequações à realidade da universidade. A sua normatização e a do Regimento Geral, que é de 1972, está na ordem do dia. Existem muitas questões sobre a reforma do estatuto, e nesse debate a representação dos técnicos-administrativos em educação (TAEs) toma um caráter singular. Se é fato que conquistamos e solidificamos nossa participação na estrutura superior da universidade (Conselhos Universitário, de Ensino de Graduação e de Ensino para Graduados), ainda temos que caminhar para que a representação dos TAEs seja uma realidade na maioria dos órgãos e colegiados deliberativos da universidade.

O coordenador-geral do SINTUFRJ, Jéferson Salazar, que é conselheiro no Consuni, vem discutindo na Comissão de Desenvolvimento a necessidade de se determinar prazo e forma para a eleição dos representantes técnico-administrativos em educação. “A publicação de edital, com prazos definidos para inscrição dos candidatos e votação secreta é elemento importante para dar transparência ao processo”, explica. No seu entender, assim como é necessária esta oficialização pelas unidades e centros a serem definidos no Estatuto, é preciso também que a categoria desperte para o caráter e a importância de sua participação nas instâncias de discussão e deliberação existentes na universidade. “Um exemplo disso é o número de representantes nas congregações. Via de regra, temos um número menor até do que a LDB permite”, alerta. Mobilizar a categoria é uma meta.

Competência

“Solidificar nossa representação nas unidades é mais um desafio”, diz Agnaldo Fernandes, integrante da Comissão de Legislação e Normas do Consuni. “E competência é o que não falta, porque ela já foi demonstrada nas comissões dos colegiados do Consuni, CEG e Cepg”, ensina. Sobre a reforma do estatuto, ele explica que a proposta é a de adequar os regimentos. Mas destaca que, embora a mudança no estatuto seja importante, tal ação não vai garantir a representação TAE se não houver mobilização da categoria. E nesse aspecto, explicar e informar a dimensão desta participação é fundamental. “O mandato para representante não se

limita aos técnicos, seu trabalho abrange a estrutura administrativa e acadêmica da universidade”, esclarece.

Izaías Gonçalves, que participa da Comissão de Ensino e Títulos, disse que na sua unidade, o CCS, ele travou uma briga enorme para garantir representação nas instâncias deliberativas. “Na minha unidade briguei muito por isso. Tava saindo da direção do Sindicato, isso há mais de 10 anos, e ainda não existia lei! Foi uma briga para ocupar nosso espaço.” Hoje, ele é representante no corpo deliberativo e na congregação. Mas as coisas não são fáceis na própria categoria. Segundo Izaías, o CFCH convocou eleições e apenas um técnico-administrativo se apresentou. “Acredito que a direção do Sindicato deva fazer um seminário para situar os companheiros, divulgar e incentivar a participação. O representante TAE faz parte da administração como os outros segmentos e deve ter consciência disso. Temos várias coisas para avançar e também rever. Assim deve ser trabalhado de duas formas: uma campanha do Sindicato e a reforma do regimento geral e do estatuto, que são da década de 1970”.

Debate deve ser amplo

Este, então, é um debate que não passa apenas pelo Consuni ou pelo Sindicato. Envolve e deve envolver o conjunto dos trabalhadores da UFRJ. Para Roberto Gomes, conselheiro dos TAEs no Consuni, o que se pensa é a realização de um trabalho de conscientização maior sobre a importância de participar nas instâncias de decisão existentes na universidade. “Tenho conversado muito com os colegas sobre isso e esclarecido muitas dúvidas. Tem até gente que não sabe da existência do Consuni, do CEG, do Cepg, e muitos não sabem que podem participar como representante nos conselhos de centro e congregações”. O conselheiro, que também é coordenador adjunto da Comissão Interna de Supervisão da Carreira, diz que este trabalho de conscientização passa também pelo levantamento nas unidades e a convocação de eleições.

Já o conselheiro Milton Madeira acha que o maior problema não é o estatuto, mas a falta de interesse e informação dos técnicos-administrativos sobre o assunto. “Existe desconhecimento com relação à importância, seu compromisso e sua influência como representante. Através do desconhecimento deixam de participar”. Diante disso, o conselheiro, que é representante do departamento de Anatomia Patológica do HU, vê na mobilização a saída para incentivar a participação nos colegiados. “É importante mobilizar. Brigar pela paridade! Temos que fazer um trabalho forte em relação à autonomia universitária que não existe na prática”, desabafa. Para Milton, é preciso que o Sindicato esclareça a categoria e a organize, e o envolvimento dos delegados sindicais é fundamental.

Para a conselheira do CEG, Ana Maria Ribeiro, que já integrou a bancada dos TAEs no Consuni, é preciso melhorar a participação nos órgãos colegiados. No entanto, existe uma norma definida e ela precisa ser seguida. “Temos que garantir o mesmo tratamento oficial que é feito para a escolha do representante docente. É de responsabilidade de diretores e decanos a convocação da eleição. Mas o diretor se movimenta quando a categoria no seu local de trabalho se movimenta.” Segundo Ana Maria, existem decanias e congregações que já regulamentaram a participação dos técnicos-administrativos em educação. Recentemente foi feita eleição para representante do CCS no CEG. Sobre o trabalho dos representantes, ela esclarece que o funcionário eleito tem que saber que não olhará só para o umbigo, mas será escolhido para cuidar do todo da universidade.

O estatuto

Dentre o grupo das universidades brasileiras de porte grande e médio, a UFRJ se destaca por ter o mais longo Estatuto, com 142 artigos. O Estatuto da UFRJ que regulamenta o funcionamento da universidade, é de 1970. Mesmo sendo longo, ele não define a composição de seus colegiados de centro, define incompletamente as composições do CEG e do Cepg e deixa vagas diversas definições de instâncias administrativas. O mesmo vício ocorre no Regimento, que é de 1972. O Regimento é em princípio a operacionalização de princípios definidos no Estatuto.

15/10/2008

Complexo hospitalar: agora é com o Consuni

Segundo o diretor do HU, Alexandre Pinto Cardoso, a proposta do Complexo Hospitalar, discutida desde a época em que Horácio Macedo era reitor, agora avança. Para o diretor do IPPMG, Marcelo Land, todos concordam que é uma boa solução e um instrumento na defesa dos hospitais: "Fundamental inclusive para resolver problemas de desigualdade." O reitor Aloísio Teixeira acha que "esse é o caminho para não virarmos fundação estatal". Muitos vêm corroborando a opinião de que o complexo tem tudo para mudar a situação dos HUs.

Na repercussão da criação desse novo ente na UFRJ ouvimos a opinião do vice-diretor e diretor em exercício do Instituto do Coração, Nelson Souza e Silva.

Nelson participou da elaboração da proposta de criação do complexo e da necessária alteração estatutária feita com os diretores Alexandre Cardoso (do HU) e Marcelo Land (do IPPMG). A proposta foi aprovada na Câmara dos Hospitais, no Conselho de Centro do CCS e enviada ao Conselho Universitário. Agora aguarda inclusão em pauta pelo reitor.

Mas a relação do médico com a proposta é antiga: vem de 1990, quando Alexandre Cardoso era sub-reitor de Desenvolvimento. "Criamos o complexo hospitalar, sob a coordenação da Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão", contou.

Como a proposta pode repercutir no Consuni

"Espero que repercuta bem. Se não fizermos (o complexo hospitalar), estamos condenando os hospitais a manterem a estrutura atual. As vantagens dessa formação serão enormes. Desde a melhoria do gerenciamento e do planejamento de conjunto. Amplia-se a oferta de leitos, passamos a trabalhar em conjunto – e não isoladamente. É uma iniciativa que agrega conhecimentos. Não de segmentação. De cooperação, e não de competição. Esse é o objetivo", comenta ele.

A estrutura

Não há, no estatuto da UFRJ, mecanismo que permita formação de organismo que reúna tais unidades. Por isso, o grupo propôs que no estatuto haja a previsão de que, dentro do CCS, se constitua uma nova estrutura. Algo como uma outra entidade, ao lado de institutos e órgãos da administração superior – a associação de unidades hospitalares que formarão o complexo. Esse organismo terá um colegiado diretor e uma coordenação de administração. O grupo sugeriu ainda que se organize uma estrutura executiva e uma estrutura política formada por todas as unidades que têm ligação com serviços de saúde e com a formação de alunos de graduação e de pós-graduação. Um conselho pleno vai congrega as unidades que apreciarão o que o colegiado diretor está propondo.

Unidade orçamentária

Já foi criada no MEC uma unidade orçamentária para o complexo hospitalar. Isso possibilita que este tenha orçamento próprio. Hoje há recursos provenientes da prestação de serviço, do SUS e do dinheiro que a Reitoria repassa para despesas. Mas não há orçamento de custeio e capital. Isso não cobre os custos dos hospitais que prestam serviço mas que são essencialmente de ensino.

Segundo Nelson, a unidade orçamentária abre a possibilidade de os hospitais de ensino terem recursos do MEC. Ele explica que os hospitais não se separam da UFRJ, mas formam uma unidade para qual é destinada parcela de recursos específicos. Dentro desta unidade orçamentária, então, há as unidades gestoras que são os hospitais.

"Isso é fundamental para a UFRJ. Possibilita que façamos o planejamento para todos os hospitais em conjunto. Temos maior poder de compra, de qualquer insumo. Se faço compras para todas as unidades, é maior o poder de barganha nos pregões de compra. Passo a planejar o desenvolvimento das unidades em conjunto. As unidades passam a atuar de forma integrada. Passo a ter integração funcional e acadêmica", diz Nelson.

A constituição do complexo pode influir até na certificação pelo MEC destas unidades como hospitais de ensino. "Hoje o sistema de saúde vê cada uma isoladamente, e não como UFRJ. Com o complexo, passam a ser vistas como UFRJ, preenchendo, com os pés nas costas, os

critérios do MEC para considerá-las unidades de ensino. Credencio agora o complexo hospitalar da UFRJ e não cada unidade isolada. Então o planejamento do ensino e do serviço poderá ser feito em conjunto. O que é útil para todo mundo e cada um pode agir individualmente.

Complexo significa rede. Eu trabalho em rede, em conjunto, embora eu tenha autonomia para trabalhar isolado”, explica o diretor.

A mudança pode contornar a crise?

O médico é enfático: “Lógico. Se tiver orçamento próprio, se melhora o sistema de compras, passo a ter mais recursos. A crise é de falta de recursos.” Quanto aos problemas com pessoal, para ele, também já está definido: “O governo vai ter que substituir terceirizados. E mais ainda. A junção dos hospitais permite o melhor planejamento de pessoal. Posso definir quantas pessoas preciso. É uma estrutura gerencial que permite conhecer toda a equipe. Hoje em dia o MEC não conhece a força de trabalho nos hospitais. Quantos funcionários os hospitais têm? Os terceirizados não são nossos. E não há estudo bem definido sobre a força de trabalho.”

Nelson espera que o complexo seja um elemento de fortalecimento dos hospitais: “É preciso que haja recursos e pessoal que permitam gerenciar a estrutura.”

E o pessoal dos HUs, como fica?

Se o Complexo que reunirá os hospitais-escola for aprovado, como fica a situação dos servidores dos HUs? Segundo o pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso, seja com a transformação dos hospitais em unidades pagadoras, seja com o complexo hospitalar, a vida funcional destes servidores não muda.

Ele acha que está havendo confusão com a questão da adoção da Unidade Pagadora. “Cada hospital teve que ter a sua. Mas as pessoas fazem a relação disso com a possibilidade de transformação em fundação estatal. O propósito não é esse”, garante ele, lembrado que é necessária aprovação do Conselho Universitário: “E eu não acredito que isso passe. O próprio reitor já se posicionou contra.”

“O que mudou é que foram criadas unidades pagadoras. Hoje temos nove unidades pagadoras (as unidades hospitalares) e mais a UFRJ. E o que muda a vida do servidor que é lotado em alguma dessas unidades? Não consigo ver”, diz o pró-reitor, explicando que um médico ou enfermeiro lotados no IPPMG continuarão como tal.

E com o complexo?

“Vai ter um complexo que vai reunir esses hospitais. Certamente vão ocorrer mudanças. Esse complexo vai ficar dentro do CCS? Fora? Os nove hospitais vão ficar juntos? É uma discussão que cabe”, diz Luiz Afonso, que pondera: “Mas e a vida funcional em cada um desses hospitais não muda, a meu ver, em nada. A vida profissional, carga horária, direito com relação à capacitação e os demais que existem na lei, vão continuar usufruindo da mesma maneira. A vida das pessoas, no que diz respeito ao aspecto funcional, não muda: continuarão lotados ou no hospital ou no complexo.”

SINTUFRJ pede discussão com a categoria

“O Sindicato deveria ter assento nessas reuniões para saber o que está acontecendo e discutir com os

funcionários do HU e toda a categoria. Temos que fazer parte dessa discussão. Não há uma informação precisa e não podemos julgar. É preciso que participemos para termos uma opinião concreta. Se for uma boa coisa para as unidades hospitalares, acho plausível”, disse Carmen Lúcia, coordenadora de Políticas Sociais.

“Eu acredito que deve ser uma boa iniciativa. Em termos de licitação, compra, se for centralização pode melhorar a situação porque vai baixar os custos. Acho que deva haver um posicionamento do Conselho Universitário em relação às fundações estatais. E acredito que o complexo pode ser um mecanismo de resistência, porque a capacidade de luta é bem maior. E o servidor tem que ser mais esclarecido, seja em relação à proposta das fundações ou à do complexo. É preciso ampla divulgação”, disse Ruy de Azevedo, coordenador de Políticas Sociais.

2/6/2008

Consuni com pauta extensa

A sessão extraordinária do Conselho Universitário do dia 29 foi marcada para que o Conselho Universitário pudesse avançar na pauta extensa. Mas pontos delicados, como a criação de cursos novos, ou polêmicos, como as diretrizes do Plano Diretor, ficaram respectivamente para as sessões dos dias 5 e 12 de junho. Segundo o reitor Aloísio Teixeira, seria mais adequado que o tema das diretrizes fosse tratado numa sessão ordinária, a do dia 12.

Cursos novos

Cinco pontos da pauta eram relativos a cursos novos: graduação em Saúde Coletiva, licenciatura em Ciências Sociais, Filosofia, graduação em Relações Internacionais e em Terapia Ocupacional. Mas o relator, Marcelo Correia e Castro, solicitou sua reapresentação em conjunto numa sessão extraordinária na próxima quinta-feira, dia 5. O que possibilitaria a análise com serenidade.

No dia anterior, o Conselho de Ensino de Graduação havia aprovado dois destes cursos novos e, segundo a pró-reitora de Graduação Belkis Waldman, esta semana mais dois devem entrar em debate.

Avanço

O CEG tem avançado no propósito de ampliar o acesso não só através da ampliação das vagas existentes, como da criação de cursos novos, vencendo o receio, levantado por alguns conselheiros, de que se estaria aprovando uma ampliação sem garantias prévias.

A representante técnico-administrativa Ana Maria Ribeiro lembrou que as vagas, tanto de docentes quanto de técnicos-administrativos para a expansão, já estão definidas – em projeto que tramita no Congresso e que reúne as demandas de todas as ifes que aderiram ao Programa de Reestruturação e Expansão do governo.

Agora é preciso planejar e colocar em prática o que foi proposto no PRE da UFRJ, aprovado em outubro de 2007.

Na sessão do dia 28, o conselho se debruçou sobre a criação do curso de graduação em Terapia Ocupacional, de Relações Internacionais e do bacharelado em Ciências Matemáticas e da Terra. Os dois primeiros foram aprovados com elogios aos pareceres. Mas, quanto ao bacharelado, que uniria unidades como o Instituto de Física, de Geociências e Matemática, Química e Valongo em um curso comum com 160 vagas no ano que vem, suscitou polêmica e moveu pedido de vistas pela conselheira Andréia Teixeira

Relatório

O detalhado relatório da professora Maria Antonieta sobre o curso de Terapia Ocupacional não deixou dúvidas sobre a oportunidade de criação do curso proposto pela Faculdade de Medicina. Segundo a relatora o projeto pedagógico é bem construído e, no que diz respeito à execução, foram formalizadas em várias instâncias as garantias de que o curso poderá contar com infraestrutura e pessoal, possibilitando a sua implementação.

A Câmara de Currículos Analisou também o curso de Graduação em Relações Internacionais, proposta que envolve CFCH, CCJE e unidades da Geografia, IFCS, Instituto de Economia, FACC, Faculdade de Direito e Departamento de Letras do CLA. Serão 120 vagas para o turno noturno.

João Ferreira

O reitor apresentou ao Consuni proposta de moção de pesar pelo falecimento do professor João Ferreira, no dia 24, aos 59 anos, de aneurisma de aorta, segundo nota do Centro de Ciências da Saúde. João Ferreira se graduou em Medicina pela UFRJ em 1973, fez doutorado em Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental também pela UFRJ em 1985. Titular da Faculdade de Medicina, Ferreira foi diretor do Instituto de Psiquiatria entre 1994 e 2002 e esteve à frente do CCS no período de 2002 a 2006. A missa de 7º dia em lembrança ao professor foi realizada dia 30, na Capela São Pedro de Alcântara, na Praia Vermelha.

